MINUTA - REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	28/01/2021
Reunião:	1ª Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais de 2021

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Silvia Marie Ikemoto	INEA
Lícius de Sá Freire	FIPERJ
Markus Budzynkz	APEDEMA
Flávio Monteiro	AGEVAP
Maira Simões	AGEVAP
Daiane Santos	AGEVAP
João Siqueira	CBH BPSI
Lívia Soalheiro	SEAS
Lauro Bassi	Água e Solo
Elisa Kich	Água e Solo
Bárbara	Azevedo
Flávio Brandão	Azevedo

Tipo:	Videoconferência
Local:	Microsoft Teams

RELATO DA REUNIÃO

Item 1 – Aprovação do registro da última reunião

Iniciando a reunião, o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) avisou que as empresas Água e Solo e Azevedo Consultoria Ambiental não iriam participar da reunião no momento de discussão do Termo de Referência para a contratação da Gerenciadora de Obras para evitar conflitos de interesse. A sra. Marie Ikemoto (INEA) iniciou a reunião, apresentando a pauta e verificou se os membros estavam de acordo com a mesma. A sra. Marie Ikemoto (INEA) solicitou a inclusão de ponto de pauta de discussão da Carta nº 022/2021/DI-AGEVAP/RSD enviada aos membros do GT Mananciais com esclarecimentos sobre o orçamento do Programa Mananciais. A Sra. Marie Ikemoto deu início à discussão apontando que o Programa Mananciais estabeleceu uma previsão de investimentos de cerca de R$ 84 milhões, para execução dos 3 ciclos do Programa Mananciais contemplando as etapas de elaboração e execução dos PRISMAs. Ela apontou que na carta é informado que houve um replanejamento orçamentário na agenda do PIRH e esta reserva foi alterada para R$ 71 milhões, ressaltando que na Carta há uma indicação de que esta redução não impactaria no planejamento das metas do Programa. Disse que gostaria de saber em que momento a reserva orçamentária foi feita, por qual motivo foi reduzida. Finalizou dizendo que gostaria de saber, também, qual a procedência, a deliberação, o que significa esse dado e qual a sua origem. Além disso, a Sra. Marie Ikemoto mencionou que a carta informa que não houve um aporte adicional de recurso eu que isso implicaria na antecipação de um dos ciclos do programa, ficando assim sem o terceiro. O Sr. Lícius Freire (FIPERJ) mencionou que teve a mesma dúvida da Sra. Marie Ikemoto. Ele disse primeiramente, que ficou não ficou claro que para o grupo de trabalho o tinham em caixa em 2020 e o que teriam em caixa em 2021. Falou que o que tinha em mente é que teriam R$ 14 milhões adicionais para 7 (sete) PRISMAs de 2 milhões casados com o PROTRATAR, além dos recursos para para o 1º ciclo do Programa Mananciais. Continuou

dizendo que a carta fala que isso adiantaria um desembolso, mas que outra forma de fazer isso era aderindo o Programa Mananciais ao diagnóstico já realizado nos outros comitês, poupando tempo. Questionou que, se um recurso de 14 milhões estiver livre em outra linha do PAP este deveria ser redirecionado para o Programa Mananciais mesmo não sendo ligado ao PROTRATAR. Ele sustentou a fala da sra. Marie com dúvidas sobre a previsão de R$ 84 milhões e a reserva de R$ 71 milhões. Finalizou questionando como foram distribuídos os recursos de cada linha do PAP e em que instância o CEIVAP deliberou o recurso. Em seguida, a Sra. Lívia Soalheiro (SEAS) mencionou que a carta confunde o que há tempos tentam esclarecer. Ela enfatizou que não fica claro sobre a integração do Mananciais com o PROTATAR visando um adiantamento da execução de recurso, tendo um desembolso maior no início. Disse que na carta a interpretação é uma proposta dada pela AGEVAP, mas ela não teve êxito, por esse motivo não ocorreu o comprometimento de R$ 14 milhões e não foi explicado o que aconteceria então com este montante. Dessa forma, quando leem na carta sobre os R$ 71 milhões parece que daqueles R$ 85 milhões foram subtraídos R$ 14 milhões. Falou que entende que quando o Programa Mananciais foi aprovado na Plenária, o mesmo teve um formato, e previsão orçamentária para execução ao longo dos anos. Ela relembrou que foi aprovado um Programa Mananciais com uma previsão de orçamento de R$ 85 milhões, e logo depois se iniciou a discussão sobre o PIRH, a conclusão foi que na agenda verde o conceito do programa seria mantido e o recurso seria viria de três linhas: escola de projetos, desenvolvimento territorial e intervenções na paisagem. Lembrou que a Agenda 4 de infraestrutura verde, abrange ações além do Programa Mananciais. Falou que dessa forma o grupo precisa, com o apoio da AGEVAP, entender o que realmente está previsto de recurso no PIRH para este programa. Além disso, ela apresentou dúvidas sobre como as metas serão alcançadas, qual matemática foi realizada para não ter prejuízo, já que a carta diz que não há prejuízo nas metas para o Programa Mananciais. Outro ponto mencionado é sobre a Escola de Projetos, na Agenda 5 do PIRH a previsão de orçamento é de cerca de R$ 22 milhões, ela disse que interpreta que este valor é da escola de projetos para infraestrutura verde. Ela finalizou apontando que carece de uma complementação pela AGEVAP, para que tenham um entendimento do que está sendo falado e que nesta complementação seja pontuado o que de fato foi aprovado pela plenária do CEIVAP. O Sr João Gomes (CBH BPSI) mencionou gostaria de entender melhor sobre o motivo do debate. A Sra. Lívia Soalheiro respondendo as dúvidas do Sr. João Gomes disse que o interesse do grupo é que o Programa Mananciais avance e que as intervenções são para que isso ocorra, porém explica que para isso acontecer é necessário saber o quanto de recurso há disponível, e como está sendo a contratação disso. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) iniciou sua fala dizendo que iria tentar responder aos questionamentos feitos pelo Grupo. Ele disse que tendo em vista as dúvidas levantadas, irá tentar explicar sobre a Carta da GEVAP e caso ainda reste alguma dúvida, poderão fazer uma complementação das informações da Carta ou uma reunião específica para resolver este assunto para não atrapalhar os demais pontos de pauta, fundamentais para o andamento das atividades do Programa. Primeiramente ele relembrou quando e como o Programa Mananciais foi construído e mencionou que o atual Programa foi idealizado para superar problemas do antigo Programa PSA-Hídrico do CEIVAP e que na implantação deste Programa Mananciais já são identificadas adaptações ao escopo original aprovado. Explicou que a estimativa do orçamento do Programa Mananciais ocorreu em paralelo com o trabalho de revisão e conclusão do PIRH do CEIVAP. Disse que houve um planejamento macro, de quinze anos pelo

PIRH e por esse motivo o Programa Mananciais também possui um planejamento de longo prazo, com o intuito de ser compatível. Falou que quando foi feita a estimativa orçamentária do Programa Mananciais, foi levado em consideração o planejamento que estava sendo construído para o Plano e vice-versa. Explicou que o Programa Mananciais saiu com uma estimativa de orçamento maior que a Agenda 4 de infraestrutura verde, com orçamento total de R$ 63 milhões e que não era exclusivo para o o Programa Mananciais. Reforçou o que a Sra. Lívia Soalheiro disse, falando que o Programa Mananciais foi criado para ser executado pela Escola de Projetos do CEIVAP, uma vez que esta seria a secretaria executiva do Programa, utilizando assim recursos oriundos da Agenda 5 produção do conhecimento em que se encontra a Escola de Projetos não exclusivo para o Programa Mananciais. Assim, haveria a necessidade de compatibilizar a previsão orçamentária com as ações destas agendas. Disse que nesta primeira compatibilização a Agenda 4 passou a ter R$ 71 milhões, quase todo o recurso destinado ao Programa, ou seja, houve uma adição na Agenda 4 de recursos, principalmente vindo da Agenda 5 dado que não seria mais a Escola de Projetos a secretaria do programa mas uma empresa contratada. Assim, o Programa passa a se vincular apenas à Agenda 4, sendo mantidas todas as metas quantitativas de elaboração de 21 PRISMAs e investimento de R$ 52,5 milhões em obras (R$ 2,5 milhões para cada PRISMA) já considerando as alterações de escopo original. Ressaltou que a carta menciona que nesta compatibilização todas as etapas de cada fase do Programa Mananciais estão contempladas no orçamento e que este não irá levar prejuízo às metas do Programa. Informou ainda que esse orçamento ainda não é uma Deliberação do CEIVAP, e sim um planejamento do PIRH. Informou que foi deliberado o orçamento para 2021, já seguindo este planejamento e que esta deliberação foi apresentada na última reunião do GT-Mananciais, indicando ainda como ficaram os recursos em cada subagenda considerando o planejamento de 15 anos. Mencionou que a adicionalidade de novos recursos nesta Agenda 4 depende de defesa junto aos grupos que debatem o orçamento do PIRH e que o Programa Mananciais precisa demonstrar sua capacidade para absorver esses recursos. Relembrou que a estratégia de aceleração da implantação do Programa Mananciais eleita após o abandono da proposta de Integração Mananciais x PROTRATAR foi a de acelerar o escopo do Programa Mananciais realizando PRISMA e obra concomitantemente, o que poderia diminuir a qualidade do Programa, mas seria oportunidade de acelerar o desembolso. O Sr. Lícius Freire falou que concorda em ter uma outra carta ou complementação que mostre por escrito, para que o Comitê tenha uma resposta registrada. Um segundo ponto que o Sr. Lícius citou foi que se a proposta estiver menor do que a necessidade do Paraíba do Sul, o GT deve fazer um trabalho em conjunto com outros Grupos. A Sra. Lívia Soalheiro agradeceu ao Sr. Flávio Monteiro pelas informações que foram apresentadas. Além disso, disse que o objetivo de sua fala é de buscar o aprimoramento do processo, com toda segurança financeira e jurídica. O Sr. João Gomes disse que entende a colocação do Sr. Flávio Monteiro e sugeriu que o grupo acompanhe os processos, para dividir as responsabilidades e que não fique somente um tripé do sistema sobrecarregado. Mencionou, ainda, que aprovou uma Resolução para contrapartida de recursos financeiros do CBH BPSI ao Programa Mananciais. A Sra. Marie Ikemoto solicitou que constasse no registro de reunião que ela questionou o Sr. André Marques se a proposta de Integração Mananciais x PROTRATAR previa aporte de recursos adicionais ou somente antecipação de recursos, e se iria comprometer um dos ciclos do escopo original do programa, e o Sr. André Marques disse que implicaria em ampliação de recursos e não comprometeria o escopo original do Programa.

Mencionou que esse questionamento foi feito em reunião e que consta em registro. Disse que o que foi afirmado na carta conflitava com este registro. Finalizou o item informando que o encaminhamento principal é fazer uma complementação sobre os questionamentos sobre o que tem caixa, o que vai ser executado, ou se há a possibilidade de haver mais recurso. Essa resposta pode ser feita na forma de carta ou que a AGEVAP retorne com as informações na próxima reunião.

Encaminhamento:

- Foi solicitado que a AGEVAP complemente as informações da Carta nº 022/2021/DI – AGEVAP/RSD com esclarecimentos sobre previsão orçamentária do Programa Mananciais do CEIVAP, com dados sobre os recursos disponíveis, o que será executado, ou se há a possibilidade de haver mais recurso. A resposta poderá ser dada através de uma carta complementar ou informada na próxima reunião do GT Mananciais.

Item 2 – Acompanhamento das atividades da Secretaria do Programa Manancias (seleção de sub-bacias e microbacias e programação para início do primeiro PRISMA)

O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) iniciou a apresentação falando sobre os avanços do final de dezembro de 2020 a janeiro de 2021 quanto ao processo de planejamento para se chegar a elaboração dos PRISMAs. Mencionou sobre o processo de mobilização social e que os contatos já foram iniciados nos três CBHs que estão mais avançados no processo. Disse que elaboraram um manual junto ao produto 2.2 que já foi encaminhado ao Sr. Flávio Monteiro, em que se descreve todo o processo metodológico para a priorização e delimitação de sub-bacias e microbacias. Após a sua aprovação será encaminhado para que o GT dê sua avaliação final e constitua um documento básico para que as características sejam ajustadas em função da necessidade de cada comitê. Falou sobre o apoio das instituições no processo e que estão buscando no estado do Rio de Janeiro apoio diretamente com a diretoria da EMATER para avançar com os acordos de cooperação técnica para todos os CBHs fluminenses e uma forma de que essa cooperação seja efetiva em São Paulo e em Minas Gerais, lembrando da hierarquização de apoio dos comitês. Apontou avanço na bacia do Rio Dois Rios para a delimitação da sub-bacia do alto curso do Rio Grande e que já estava finalizada e priorizada pelo comitê. A Sra Elisa Kich (Água e Solo) falou sobre os critérios usados para a escolha dessa metodologia, apontando que para as sub-bacias já havia um critério bem definido que o limite seria o limite da área de contribuição do ponto de captação, as microbacias seriam subáreas das sub-bacias, sendo assim uma sub-bacia seria dividida em bacias menores. Explicou que a divisão das sub-bacias foi baseada na metodologia de ottobacias, a mesma utilizada pela ANA. O Sr João Gomes perguntou sobre a divisão das sub-bacias e pediu uma explicação mais detalhada. O Sr Flávio Monteiro mencionou que haverá uma reunião para apresentar essa metodologia de forma detalhada ao seu comitê. O Sr. Lauro Bassi retomou a apresentação tratando exclusivamente do alto curso do Rio Grande, dizendo que não houve mudança na delimitação de microbacias que já vinham correndo no Rio Rural por razões escritas na apresentação direta ao comitê, mas nas outras microbacias serão aplicadas a metodologia de mescla, ajustada as condições de cada região. Falou do CBH PS que na priorização de suas bacias houve empate entre a que ficaria em primeiro lugar entre o Córrego

das Couves e Ribeirão Vermelho. Além da priorização das sub-bacias não terem sido consideradas APPs de topo de morro e de declividade. Disse que o que está sendo feito agora para solucionar isso é proceder uma nova priorização com o uso de dados de todos os tipos de APPs e delimitando as microbacias dentro dessas duas áreas para que haja um desempate. Depois da nova priorização, terá uma apresentação ao comitê para decisão final, já tendo como terceiro lugar Queimados. Sobre o CBH MPS, mencionou que que na delimitação das sub-bacias não foram considerados os pontos de captação para abastecimento público, a bacia foi delimitada inteira, usando como exemplo da bacia de Barra Mansa. Disse que agora estão executando o proceder de uma nova delimitação e priorização de sub-bacias/AIPMs e o proceder à delimitação e priorização de microbacias para que os resultados sejam apresentados ao comitê. Seguiu sua apresentação falando das CBHs Piabanha e CBH BPSI que possuem áreas bem abaixo de 500 ha e na priorização o único critério de mobilização social foi o CAR e as propostas para essa área são incorpora-las a AIPMs maiores e novas priorização e delimitação. Indicou que nos CBH's PS1 e PS2 estão sendo delimitadas sub-bacias aguardando informações da COPASA com o CESAMA de Juiz de Fora. Ainda, apontou os seguintes passos do prisma e diz depois de consolidado e escolhida a microbacia no alto curso do Rio Grande serão realizadas a incursão de reconhecimento da microbacia, uma reunião com a equipe técnica do CBH e com todos os parceiros para definição de elaboração do prisma e assim será iniciado o processo. Finalizou sua apresentação demonstrando as metas programadas para o produto 2.3 e informou sobre a saída dos representantes presentes da empresa Água e Solo da reunião, como mencionado no começo.

Item 3 – Apresentação do Macro planejamento do Programa Mananciais2021: Planos de metas e contratação da Gerenciadora de Obras

O Sr Flávio Monteiro (AGEVAP) mencionou que, tendo em vista que as empresas Água e Solo e Azevedo são possíveis concorrentes de uma futura licitação de gerenciamento de obras, achou que não seria conveniente que as duas participassem da reunião ao mesmo tempo e nem que fizessem parte da discussão deste item. Sendo assim a empresa Água e Solo após fazer sua apresentação se retirou da reunião e a empresa Azevedo irá se juntar após o item ser finalizado para sua devida apresentação. Iniciou a sua apresentação mostrando o gráfico de ciclos do Programa Mananciais e como está sendo executado, com a nova programação de aceleração do mesmo que e a junção em 2021 das fases projeto e execução, afim da amortização da pressão por desembolso. Falou sobre o planejamento já construído para o ano de 2021, com uma metodologia de medição, de avaliação e de acompanhamento, com suas metas também já descritas. Apontou as metas como: concluir os sete CBHS com microbacias definidas; a elaboração de três primas junto a contratação da empresa Água e Solo com a lógica de atualização plena e constante desses mesmos; a contratação de uma Gerenciadora de Obras referente a fase de execução do programa; e uma licitação concluída. Falou sobre o POA (DN 284/2020) com recurso para obras em três milhões já para 2021, que em plano será usado para a licitação de uma obra e um recurso para a operação da gerenciadora. Disse que o momento da contratação da gerenciadora deve ser antes do segundo semestre de 2021, quando se dará início a fase de execução. Com a finalidade de apresentar o que foi solicitado na última reunião, demonstrou a primeira ideia que deve ser debatida com o grupo para o desenho da contratação da empresa gerenciadora. A ideia seria dividir a tarefa de

gerenciamento de obras em dois lotes, podendo até ter duas empresas gerenciadoras. Disse que em sua opinião o trabalho poderia ser executado por meio de técnicos lotados no campo, sendo um para cada comitê, ambos coordenados por um engenheiro lotado em Resende. Para o 1º lote da contratação que incluiria os PRISMAs do CBH-R2R, CBH-PS e CBH-MPS cada técnico de campo atuaria 03 (três) dias por semana e seria necessário 1 (um) engenheiro responsável técnico atuando 4 (quatro) dias na semana. Para o 2º lote que inclui os PRISMAs do CBH-PIAB, CBH-BPSI, CBH-PP e COMPÉ, cada técnico de campo atuaria 03 (três) dias por semana e seria necessário 2 (dois) engenheiros responsáveis técnicos atuando 4 (quatro) dias na semana, pois também haveria a necessidade de atuar na fase de avaliação das obras. Falou sobre a lógica atemporal de presença das empresas nos ciclos do projeto, com a empresa Água e Solo operando em vinte e quatro meses, nas fases de mobilização, seleção e projeto, sugerindo a prorrogação de contrato para a fase de avaliação. Na fase de execução, as empreiteiras e gerenciadoras com contrato de trinta meses, sendo a segunda gerenciadora também parte da fase de avaliação. Disse que o valor da contratação dos dois lotes não poderá exceder o previsto para o gerenciamento de obras no 1º ciclo do Programa Mananciais que é de dois milhões e meio, e que ainda precisa realizar alguns cortes de gastos para chegar a este valor. O Sr Licius Freire elogiou o detalhamento do projeto e disse compartilhar da mesma insegurança em investimento em fases erradas. Apontou problemas antigos na contratação de engenheiros e disse que não há necessidade da contratação de um profissional de formação única, talvez a inclusão de um biólogo ou de um veterinário, por exemplo. Continuou dizendo que a apresentação contém muitas propostas a ainda serem decididas, a sugestão é que antes de montar uma próxima apresentação, encaminhá-las a todos os CBHs para que uma próxima haja um debate de ideiais O Sr Flávio Monteiro respondeu dizendo que a demanda por um engenheiro é que este exercerá a função de responsável técnico, terá que anotar uma responsabilidade técnica mas que substituirá a nomenclatura para abranger profissionais de outras áreas que tenham atribuição técnica para este serviço.. O Sr. João Gomes perguntou sobre o que será gasto em gerenciamento e em obras. O Sr. Flávio Monteiro disse que será gasto R$ 2.500.00,00 em obras para cada um dos 7 comitês e R$ 2.500.00,00 em gerenciamento para todos. O Sr. João Gomes mencionou que para fazer a recomposição florestal não se faz necessária a contratação de um biólogo. Se ela for feita no primeiro semestre haverá muito gasto, depois terá o acompanhamento da limpeza, então a sugestão é organizar melhor o uso do recurso. E perguntou sobre as unidades demonstrativas, onde seriam e quem teria acesso. O Sr. Flávio Monteiro justificou a presença do engenheiro no ponto de acompanhamento e para o monitoramento do programa. Em relação a unidade demonstrativa, o escopo original previa que na fase de elaboração do PRISMA seria feita a implementação de uma unidade demonstrativa na comunidade para que os cidadãos se habituem com o trabalho apresentado. Com essa nova programação de obra seguida de projeto, a unidade demonstrativa passa a ser a própria obra. E finalizou dizendo que ainda não está em fase de aprovação de TdR e que essa seria uma explanação de ideias gerais do que seria o serviço de gerenciamento de obras que esse ainda é o primeiro passo e ainda se faz necessário elaborar o TDR. A Sra. Marie Ikemoto disse que mesmo que ainda faltem os ajustes necessários, acha que eles já têm uma boa estratégia. Porém propõe um ponto de atenção, pois como o programa pode apontar uma diversidade muito grande de escopos, o perfil da equipe também deve ser diversificado. O Sr. Flávio Monteiro deu continuidade a sua apresentação, falando sobre a plataforma PLAMTE no âmbito do CDTASA. Apresentou a ficha

de projeto que ainda não havia recebido contribuições do grupo para definição do escopo da plataforma. A Sra. Maira Simões (AGEVAP) iniciou sua fala se apresentando e falando sobre o CDTASA. Disse que em 2018 foi lançado um edital focado em saneamento, ele tinha o desenho com a escolha de três áreas: I- Combate a perda do abastecimento de água; II- Tratamento de esgoto por estações de pequenas comunidades e; III- reuso da água em sistema de tratamento de esgoto. O edital propunha que esses projetos fossem desenvolvidos por uma parceria entre empresas e universidades e que fosse desenvolvido um protótipo para cada uma dessas linhas de saneamento. E concluído o protótipo, que ele fosse contratado pela AGEVAP para ser aplicado nos municípios da bacia. O edital tinha um prazo de 15 meses, que foi extrapolado devido à pandemia. O primeiro projeto do programa de perdas já está concluído e foi instalado no parque tecnológico. A ideia é usar uma das microbacias para a criação dessa plataforma, com as informações julgadas mais importantes, e se der certo contratar para todo o sistema. Salientou que o interesse nesse formato é que os comitês poderão acompanhar e desenvolver juntos a plataforma. Mencionou que no final de 2020 foi compartilhada uma ficha de projetos para a discussão do grupo do que se espera da plataforma e informações que devem estar contidas nela. O Sr Flávio Monteiro complementou dizendo que o gerenciamento do programa será muito simplificado e acelerado com o auxílio dessa plataforma. Passando para o próximo assunto, o Sr. Flávio Monteiro apresentou as novas propostas de logotipo do programa, que também foram enviadas por e-mail e informou que a votação será feita pelo link do Google Forms encaminhado aos membros. A Sra. Marie e o Sr. Licius apresentaram dúvidas e pediram um melhor detalhamento sobre a plataforma, sugerindo até uma incorporação desses programas ao SIGA e uma reunião com pauta priorizada ao assunto. O Sr. Flávio disse que o SIGA tem suas limitações que não se encaixaria ao que está sendo buscado, mas que poderiam verificar com a empresa responsável para entender o que ele atende. A Sra. Marie Ikemoto finalizou o item mencionando que após a reunião todos serão lembrados por e-mail da planilha e da votação da logo com o prazo de 7 dias para contribuição.

Encaminhamento:

- O Grupo terá 7 (sete) dias para enviar suas contribuições relativas ao Plano de Trabalho, Proposta de escopo para contratação da gerenciadora, Ficha do projeto da plataforma de gestão do Programa Mananciais do CEIVAP e nova logo do Programa Mananciais.

Item 4 – Apresentação do Plano de Trabalho da empresa AZEVEDO para execução do contrato de diagnóstico e planejamento da conservação da nascente do rio Piraitinga

O Sr. Flávio Monteiro informou que a empresa Azevedo entrou apenas nesse momento da reunião, não estando presente antes disso. A Sra. Barbara (Azevedo) abriu a apresentação falando um pouco sobre a empresa; história, missão, atuação e alguns exemplos de trabalhos similares ao que oferece a AGEVAP. Continuou com as especificações de prazo (5 meses), com data prevista de termino para junho de 2021. Falou sobre o objetivo do contrato e falou sobre os motivos para conservação do rio Paraitinga, que consiste principalmente no fato de ser uma das áreas da cabeceira do principal corpo hídrico de drenagem da bacia. Foi demonstrada a área de estudo declarado no CAR e os pontos importantes da área de estudo, zona de amortecimento do parque nacional da serra da Bocaina e; APA Mananciais do rio

Paraíba do Sul. Demonstrou a área que se intenciona criar uma RPPN e que ainda estão sendo estudados quais trechos estão regulares para criar uma RPPN. Mencionou que a Prefeitura Municipal de Areais declarou área de interesse público no entorno da nascente dessas áreas de estudo e que já estão tentando obter a documentação deste decreto municipal. Disse que em reunião com Prefeitura Municipal de Silveiras, a empresa foi informada sobre a já implementação de placas informativas na região e na área da nascente, para orientação de visitantes e turistas. Foi exposto também o plano de trabalho da empresa, que consiste em três etapas. Apresentou, também, um modelo de cronograma de execução com prazos de entrega de cada produto e garantido o envio de relatório de todas as atividades envolvidas nesse trabalho de forma digital e física. Mostrou um mapa com o desenvolvimento detalhado das etapas do trabalho que já foram e que ainda serão iniciados. Posteriormente o Sr. Flávio Brandão, consultor jurídico da AZEVEDO disse que iniciou uma análise previa de toda documentação reunida e concluiu que a mesma era bem mais vasta que o esperado dentre eles mais de dez inscrições no INCRA e registros em cartório. Após a finalização da apresentação, os representantes da empresa Azevedo retiraram-se da reunião.

Item 5 – Assuntos Gerais

A Sra. Marie Ikemoto apresentou a composição atual dos membros do GT Mananciais e propôs o encaminhamento de cartas para os membros que não estão comparecendo à reuniões para abertura dessas vagas para outros membros. A Sra Daiane Santos (AGEVAP) sugeriu que a carta fosse enviada, buscando uma manifestação sobre a ausência e a indicação de outro representante da mesma instituição caso esse realmente não participe mais. O Sr João Gomes disse que concordou com a proposta, acrescentando que uma oportunidade deve ser dada a resposta da instituição antes de substitui-la. A sugestão foi aprovada pelo Grupo.

O Sr. João Siqueira informou ao grupo sobre a última fase de aprovação do investimento de R$ 94.000,00 ao Programa Mananciais de uma resolução de seu comitê oriundos da sobra de recursos do projeto “Óleos D’água” de Carapebus. Não havendo assuntos a reunião foi encerrada.

Encaminhamento:

- Serão enviadas cartas às instituições que não tem comparecido às reuniões do GT Mananciais buscando uma manifestação sobre a ausência e a indicação de outro representante da mesma instituição caso esse realmente não participe mais

- A próxima reunião do GT Mananciais será no dia 31/03/2021.

Início:	9h30m	**Encerramento:**	12h30m
Registro da reunião elaborado por:		AGEVAP	